

**CONTRATO UFPB/PU Nº \_\_\_\_/20\_\_**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
E A EMPRESA (nome da empresa), CNPJ Nº (CNPJ da empresa), PARA A (definir construção/reforma do objeto licitado), DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**, Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecida no Edifício da Reitoria, Campus I, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representada pelo Reitor, Prof. **Rômulo Soares Polari**, Brasileiro, RG. Nº 127.607 SSP/PB, CPF Nº 003.406.424-91, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a Empresa (nome da empresa contratada), CNPJ Nº (CNPJ da empresa contratada), sediada à (endereço da empresa contratada), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr(a). (nome do Representante Legal da empresa contratada), CPF Nº (CPF do Rep. Legal da empresa contratada) e RG nº. (RG e Órgão Expedidor do Rep. Legal da empresa contratada), resolvem celebrar por força do presente instrumento de Contrato, oriundo do Processo Nº (nº do processo) /UFPB/PU, referente à(ao) (Convite/Tomada de Preços/Concorrência Pública UFPB/PU Nº XXX/20XX), de acordo com as cláusulas e condições seguintes que mutuamente se obrigam:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTEÚDO**

Integram este contrato, independentemente de transcrição, e terão plena validade, salvo naquilo que tenha sido modificado por este instrumento, caso em que este passa a prevalecer, os seguintes documentos, devidamente rubricados pelas partes, e referentes à (ao) (Convite/Tomada de Preços/Concorrência Pública UFPB/PU Nº XXX/20XX, Lote XX, Sub-Lote XX) com a seguinte hierarquia de valores:

*(NOTA: A descrição do objeto seguirá a Lista de Serviços descrita nos Lotes do Edital, sendo UM CONTRATO redigido para CADA LOTE/SUB-LOTE, individualmente, seguido dos respectivos Valores, Áreas/Extensões/Unidades, Custos Unitários e Prazos de Execução).*



- Edital de Licitação e seus anexos;
- Planilha Orçamentária;
- Normas, Especificações e Métodos da ABNT;
- Proposta do Construtor.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO**

O presente Contrato rege-se pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, bem como a Lei complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto Nº 6.204/07, Instrução Normativa Nº 2 de 30/04/2008 da SLTI/MPOG e pela Lei nº 12.440, de 7 de Julho de 2011.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

Compõe-se o Objeto do presente Instrumento, o(a) (definir construção/reforma do objeto licitado), com área total (ou extensão, ou quantidade) de (área, extensão ou quantidade, mais unidade de medida), com valor básico de: **R\$** (valor em algarismos) (valor por extenso) e prazo de execução de (prazo de execução da obra) dias.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Iniciar os serviços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela empresa Contratada, emitida pela Divisão da Prefeitura Universitária correspondente ao Objeto;
- b) Executar os serviços constantes na CLÁUSULA TERCEIRA de acordo com Planilhas, Especificações Técnicas e Projetos Executivos fornecidos pela Prefeitura Universitária, responsabilizando-se pela qualidade e segurança dos serviços executados, bem como pela qualidade dos materiais fornecidos e da mão-de-obra empregada, diligenciando no sentido de se-

rem conduzidos os trabalhos de acordo com as melhores práticas aplicáveis e dentro do prazo previsto;

c) Iniciar os serviços a partir de todos os dados básicos necessários, fornecidos pela Prefeitura universitária, para implantação da Obra;

d) Refazer, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, danos, falhas e quaisquer outras irregularidades ocorridas durante a execução dos trabalhos, provenientes de negligência, má execução dos serviços ou emprego de material ou mão-de-obra de qualidade inferior, dentro do prazo estabelecido no Contrato, independentemente das penalidades cabíveis;

e) Acatar as instruções do Fiscal, designado pela Divisão da Prefeitura Universitária correspondente ao Objeto, decorrentes do controle de qualidade e de execução dos Contratos;

f) Adquirir e manter permanentemente na Obra, um livro de ocorrência, rubricado pela Fiscalização e pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, onde serão anotadas todas as ocorrências que mereçam registro, e que será entregue à Prefeitura Universitária, no ato da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra;

g) Comunicar, sempre por escrito, qualquer assunto relacionado com a fiscalização, condução e execução da Obra, registrando sempre no livro de ocorrências;

h) Manter à frente dos serviços, até a conclusão das obras, Profissional de nível superior devidamente habilitado para o acompanhamento do objeto licitado, de comprovada competência, bem como pessoal técnico compatível com os serviços;

i) Permitir e facilitar à Fiscalização, a inspeção do local das obras devendo prestar a esta, todas as informações e esclarecimentos solicitados;



- j) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, durante toda a vigência do contrato e conseqüente execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;
- k) Proceder ao registro da obra junto ao CREA e ao INSS, antes do início dos serviços;
- l) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto deste contrato, cujos empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA.
- m) Apresentar, no encerramento do CONTRATO, quando da expedição do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra, a Certidão Negativa de Débitos – CND correspondente.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

Para a garantia da boa execução do objeto licitado e de eventuais pagamentos de multas ou prejuízos causados ao patrimônio da UFPB ou a terceiros, a CONTRATADA recolherá a importância de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, a título de caução:

Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária;

A garantia deverá ser prestada até o quinto dia útil posterior à data de recebimento e assinatura do Contrato.



A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após o cumprimento fiel e correto dos termos contratuais, quando do recebimento definitivo da Obra e da apresentação da CND (Certidão Negativa de Débitos – INSS) correspondente.

Quando em dinheiro, a garantia será atualizada monetariamente no ato da devolução.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DURAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO CONTRATO**

O prazo de execução dos serviços será de (prazo de execução da obra em algarismos e por extenso) dias, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços, emitida pela Prefeitura Universitária para a (definir construção/reforma do objeto licitado), podendo ser prorrogado a critério da Administração e de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

O presente contrato terá vigência de (prazo de execução da obra em algarismos e por extenso) dias, após a emissão da Ordem de Serviço.

1. Dentro do prazo de vigência do Contrato, não será reajustável o valor da Obra.
2. Se a CONTRATANTE der causa à prorrogação do prazo para conclusão da obra, quaisquer eventuais alterações contratuais deverão estar em conformidade com o art. 65 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deste Contrato.
3. Se a CONTRATADA der causa ao atraso da conclusão da obra, ressalvada a força maior ou caso fortuito, esta não terá direito a qualquer reajuste no preço inicialmente contratado, obrigando-se a concluir a obra com seus próprios recursos.

4. Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste instrumento, na Lei 8666/93 e suas alterações posteriores e noutras disposições legais, realizar, por escrito, através de TERMO ADITIVO as alterações contratuais que lhes forem convenientes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Obriga-se a CONTRATANTE a:

- a) Fornecer todos os elementos suficientes e necessários à execução do objeto do presente contrato, antes do início dos serviços;
- b) Fiscalizar a execução do objeto através do Engº Fiscal designado pela correspondente Divisão da Prefeitura Universitária;
- c) Efetuar os pagamentos requeridos pela CONTRATADA, quando se constatar o cumprimento das exigências constantes da Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

- 1. A Fiscalização do objeto do presente contrato será realizada pelo servidor previamente designado através de Portaria exarada pelo Sr. Prefeito Universitário, na forma restrita à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto deste Contrato, diretamente ou por prepostos designados;
- 2. É vedado à CONTRATANTE e seu representante exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.



### **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente Contrato poderá ser alterado nos termos do Art. 65 da Lei 8666/93, com as devidas justificativas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

1. A rescisão contratual obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.
2. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE, não caberá à CONTRATADA direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo segundo da Lei 8666/93.
3. Reconhece a CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no parágrafo primeiro do artigo 79 da Lei 8666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR**

O valor global do presente Contrato é de **R\$ (valor em algarismos) (valor por extenso)**, que a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA de acordo com cláusula Décima Segunda e Décima Terceira do presente Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de Recurso do Tesouro, Elemento de Despesa **(339039, 449051)** e Exercício Financeiro do ano de **(2012)**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado através de medições parciais, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de liberação da fatura parcial, pela Fiscalização da PU;
2. Para cada pagamento efetivado pela administração, há que existir a prévia verificação da regularidade da CONTRATADA com o Seguro Social (INSS/FGTS) correspondente ao mês da última competência vencida, na forma do § 4º do artigo 31, lei Nº 9.032, de 28 de abril de 1995, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada pela Fiscalização, conforme disposto nos arts. 67 e 73 da Lei Nº 8.666/93, bem como a apresentação de uma via da folha de pagamento do mês anterior ao do faturamento vincendo, compatível com o efetivo declarado.
3. Por ocasião de cada pagamento será exigida a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme estabelecido pela Lei nº 12.440, de 7 de Julho de 2011.
4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial – TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = \left[ \left( 1 + \frac{TR}{100} \right) \times \frac{N}{30} - 1 \right] \times VP,$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

TR = Percentual retribuído a Taxa Referencial – TR;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

Responsabilizam-se CONTRATANTE e CONTRATADA a respeitarem integralmente os termos pactuados neste Instrumento Contratual e nas demais condições estabelecidas no Edital, ressalvadas à Administração as prerrogativas asseguradas pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUB-CONTRATAÇÃO**

Não será permitida a sub-contratação do Objeto do presente Contrato, no todo ou em parte, salvo mediante expressa autorização da CONTRATANTE.

***CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO***

1. O atraso injustificado na entrega do serviço sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, nos termos do Art. 86, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, e na forma prevista na legislação federal em vigor:

- a) A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei;
- b) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia deste contrato;
- c) Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a aplicação das sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93. A administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) As sanções previstas nas alíneas a) e c) desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

3. Fica estabelecida a cobrança de multas nos valores e circunstâncias seguintes:

- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato atualizado, até 30 (trinta) dias, a título de mora, por inadimplência, quer na entrega do serviço licitado, quer na assinatura do contrato;
- b) 0,7% (zero vírgula sete por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, atualizado, após 30 (trinta) dias, título de mora, por inadimplência, quer na entrega do serviço licitado, quer na assinatura do contrato;
- c) 10% (dez por cento) sobre o saldo, atualizado, do contrato por inexecução parcial dos serviços.
- d) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, atualizado, no caso de inexecução total dos serviços.

- e) A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria Administrativa da Prefeitura Universitária da UFPB.
- f) Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado da Garantia de Execução, Nota de Empenho ou crédito existente a que a empresa vencedora fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da empresa CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- g) A aplicação em cada caso, das multas previstas, não prejudicará as cominações legais previstas no Art. 86 e Parágrafos da Lei nº 8.666/93, sempre assegurada a prévia defesa.
- h) As sanções previstas nos Incisos III e IV do Art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão também ser aplicadas nos casos previstos pelo Art. 88 e seus incisos.
- i) De conformidade com o Art. 86 e seus Parágrafos da Lei 8.666/93, as multas de mora previstas nos subitem anteriores serão lançadas no SICAF como "Ocorrências sobre o fornecedor".
- j) Além das penalidades previstas nos subitens anteriores, a Administração poderá inativar o cadastro do inadimplente junto ao SICAF, na forma prevista na I.N./MARE nº 05, de 21.07.95, alterada pela I.N./MARE nº 09, de 16.04.96.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

Os preços contratados serão reajustados com periodicidade anual, na forma prevista em Lei, para mais ou para menos, de acordo com a variação do Índice Nacional de Custo da Construção Civil, da Coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na Revista Conjuntura Econômica com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{V \times I - I_o}{I_o}$$

Onde:

R – Valor do reajustamento calculado;

V – Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;

I – Índice (INCCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês de aniversário do orçamento básico das obras ou serviços;

I<sub>o</sub> – Índice (INCCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês de referência do orçamento básico.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS NO CONTRATO**

1. Os preços unitários para execução de novos serviços surgidos quando da execução, serão propostos pela CONTRATADA e submetidos à apreciação da Divisão correspondente da Prefeitura Universitária.

2. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, ficando sua execução condicionada a assinatura do Termo Aditivo no qual figurarão os novos preços e prazos ajustados.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa (PB), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato.



E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente termo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos estabelecidos.

João Pessoa, XX de XXXXXXXX de 20XX.

---

*(nome do representante legal)*  
REPRESENTANTE LEGAL

---

*(nome do reitor)*  
REITOR

TESTEMUNHAS:

---

CPF:

---

CPF: